

CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências jurídicas: fundamentação, participação e efetividade

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências jurídicas: fundamentação, participação e efetividade / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-189-0

DOI 10.22533/at.ed.890211506

1. Direito. 2. Fundamentação. 3. Participação. 4. Efetividade. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **CIÊNCIAS JURÍDICAS: FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE**, coletânea de vinte e sete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direitos humanos; estudos em políticas de acesso a direitos e dos sujeitos socialmente vulneráveis; estudos sobre os impactos da COVID-19 no direito e na sociedade; e estudos em meio ambiente.

Estudos em direitos humanos traz análises sobre refugiados venezuelanos, comissão da verdade, educação, juiz de garantias, direito das mulheres, população negra, prostituição, pessoa com deficiência e insanidade mental.

Em estudos em políticas de acesso a direitos e dos sujeitos socialmente vulneráveis são verificadas contribuições que versam sobre gestão socialmente responsável, vulnerabilidade, educação como instrumento de governança, direito à moradia, criança, mulheres negras, idosos, povos tradicionais e os não humanos.

Estudos sobre os impactos da COVID-19 no direito e na sociedade aborda questões como estado de insegurança e extermínio do outro, distanciamento social, incerteza contratual e micro e pequenas empresas.

No quarto momento, estudos em meio ambiente, temos leituras sobre resíduos sólidos, vedação ao retrocesso socioambiental, Agenda 2030 e sustentabilidade.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OS REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL SOB O ENFOQUE DOS DIREITOS HUMANOS: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	
Deborah Yoshie Arima	
Thayliny Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.8902115061	
CAPÍTULO 2	11
A ATUAÇÃO DAS COMISSÕES DA VERDADE E AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL	
Vinicius Holanda Melo	
Newton de Menezes Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.8902115062	
CAPÍTULO 3	19
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E JOVENS DE ENSINO MÉDIO: A (TRANS) FORMAÇÃO DE SUJEITO DE DIREITOS	
Márcio Braz do Nascimento	
Sinara Pollom Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.8902115063	
CAPÍTULO 4	33
O JUIZ DE GARANTIAS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E O GARANTISMO CONSTITUCIONAL	
Bruna Pessoa Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8902115064	
CAPÍTULO 5	39
PELO DIREITO DAS MULHERES A UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA: A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Priscila Cristina Miranda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8902115065	
CAPÍTULO 6	53
O CAMPO JURÍDICO E (É?) A FÁBRICA DE MOER OSSOS	
Maria Augusta Domingos Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8902115066	
CAPÍTULO 7	70
DO REGULAMENTARISMO AO ABOLICIONISMO: A PROSTITUIÇÃO COMO <i>MAL NECESSÁRIO</i> E A PROSTITUTA COMO <i>DEGENERADA NATA</i>	
Gisele Mendes de Carvalho	
Isadora Vier Machado	
Cinthy Ayumi Yotani	
DOI 10.22533/at.ed.8902115067	

CAPÍTULO 8	83
A NOVA CURATELA DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
Joana Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8902115068	
CAPÍTULO 9	100
INSANIDADE MENTAL E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS: REFLEXOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
Sarah Borges Vasconcelos	
Karla de Souza Oliveira	
Mariane Morato Fonseca Stival	
DOI 10.22533/at.ed.8902115069	
CAPÍTULO 10	115
GESTÃO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL SOB O ENFOQUE DOS MARCOS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS	
Caroline Mendes Dias	
Luciani Coimbra de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.89021150610	
CAPÍTULO 11	130
A PROPORCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS FACE AOS LIMITES DO ESTADO: UMA JUSTICIABILIDADE PONDERADA	
Vanderlei Salazar Fagundes da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.89021150611	
CAPÍTULO 12	139
VULNERABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FOCO DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOCIAL	
Carlos Alberto Menezes	
João Batista Santos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.89021150612	
CAPÍTULO 13	159
A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA PARA CAPACITAR OS INTERVENTORES HUMANOS NA APLICAÇÃO E REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Ornella Cristine Amaya	
Danielle Mariel Heil	
DOI 10.22533/at.ed.89021150613	
CAPÍTULO 14	172
JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DIREITO À MORADIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Aline Andrade de Almeida Lopes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.89021150614	

CAPÍTULO 15.....	185
VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA: SINAIS DE AGRESSÃO FÍSICA APRESENTADOS POR CRIANÇAS E POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	
Kaline Rafaelle Dias da Silva Nicolle Santana dos Santos Levi de Araújo Bezerra Luiz Carlos Alves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.89021150615	
CAPÍTULO 16.....	198
INFÂNCIAS ROUBADAS: UMA NOVA ANÁLISE DO CASAMENTO INFANTIL NO BRASIL NO SÉCULO XXI	
Maria Eduarda Pereira Prado da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.89021150616	
CAPÍTULO 17.....	212
A SUBALTERNIDADE DA MULHER NEGRA EM ITAQUI-RS: REFLEXÕES PRELIMINARES	
Graciele Pereira Souza Paulo Roberto Cardoso da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.89021150617	
CAPÍTULO 18.....	223
NÃO NOS ABANDONE: A INCLUSÃO FORMAL E A ILUSÃO NEOLIBERAL	
Hélio Luiz Fonseca Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.89021150618	
CAPÍTULO 19.....	236
O PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A EXCLUSÃO DOS POVOS TRADICIONAIS: RAZÕES E IMPACTOS DA MENSAGEM DE VETO Nº 163/2017	
Raíssa Chéelsea Mota Braga de Carvalho Antônio Hilário Aguilera Urquiza	
DOI 10.22533/at.ed.89021150619	
CAPÍTULO 20.....	250
OS DIREITOS DOS NÃO HUMANOS E O PAPEL DA COMISSÃO DA OAB NA SUA GARANTIA E EFETIVAÇÃO	
Gisele dos Santos Lopes Suéllen Cristina Covo	
DOI 10.22533/at.ed.89021150620	
CAPÍTULO 21.....	263
ESTADO DE (IN)SEGURANÇA: O COVID-19 E O EXTERMÍNIO DO “OUTRO”	
Márcia Barros Ferreira Rodrigues Lorraine Carla da Costa Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.89021150621	

CAPÍTULO 22.....	278
AS CONSEQUÊNCIAS DO DISTANCIAMENTO SOCIAL CAUSADO PELA PANDEMIA DO COVID-19 NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSO	
Ana Cláudia Reis do Nascimento	
Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma	
DOI 10.22533/at.ed.89021150622	
CAPÍTULO 23.....	290
O DISPÊNDIO RECÍPROCO: A INCERTEZA CONTRATUAL NO CONTEXTO PANDÊMICO HODIERNO	
Lucas Gomes Delarco	
Ana Laura Gonçalves Chicarelli	
Valter Moura do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.89021150623	
CAPÍTULO 24.....	299
PANDEMIA E CONTRATOS DE LOCAÇÃO EMPRESARIAL COM FOCO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	
Ester Hayashi Guimaraes Narciso	
Andrea Hayashi Guimaraes Narciso	
Rafael Monteiro Teixeira	
Lorena Morato Terni	
DOI 10.22533/at.ed.89021150624	
CAPÍTULO 25.....	310
PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O PRINCÍPIO DA LOGÍSTICA REVERSA NO MUNICÍPIO DE TRINDADE DO SUL - RS	
Raquel Aresi	
Cristiane Zanini	
DOI 10.22533/at.ed.89021150625	
CAPÍTULO 26.....	323
A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO BRASIL E A VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA	
Lara Maia Silva Gabrich	
Naiara Carolina Fernandes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.89021150626	
CAPÍTULO 27.....	339
A AGENDA 2030 NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES DA AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE, DIÁLOGO DE SABER E BEM VIVER	
Cleusa Maria Rossini	
Daniel Rubens Cenci	
Fernanda Gewehr de Oliveira	
Marlanda Patrícia Caure da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.89021150627	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	348
ÍNDICE REMISSVO.....	349

A SUBALTERNIDADE DA MULHER NEGRA EM ITAQUI-RS: REFLEXÕES PRELIMINARES

Data de aceite: 01/06/2021

Data submissão: 07/03/20021

Graciele Pereira Souza

Universidade Federal do Pampa
Itaqui-RS
<http://lattes.cnpq.br/0578594221593657>

Paulo Roberto Cardoso da Silveira

Universidade Federal do Pampa
Itaqui-RS
<http://lattes.cnpq.br/4810993692434345>

RESUMO: A massa consistida pelas ‘mulheres pretas e pobres’ tem sido, historicamente, invisibilizadas; estas mulheres são discriminadas duplamente, efeitos do patriarcalismo e do racismo, estruturais na sociedade Brasileira. Este trabalho foi realizado em Itaqui, fronteira oeste do Rio Grande do Sul no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UNIPAMPA, região onde as mulheres ainda hoje sofrem com a opressão e são vítimas de estratégias de subalternização; busca-se resgatar na memória social e cultural, as manifestações de resistência das mulheres negras, através do estudo de um grupo denominado popularmente de “Nega Touro”, denominação que as associam à característica de bravura do animal, evidenciando uma característica identitária normalmente atribuída aos homens; grupo este, descendente direto de negros escravizados, o qual após a Lei Áurea passam a viver em comunidade com a hegemonia das mulheres; o estudo, além de

fontes bibliográficas da historiografia local/regional, utiliza-se da história oral, buscando junto a descendentes deste grupo reconstituir a memória socialmente constituída; no processo de pesquisa pretende-se compreender as especificidades deste grupo social, revelando suas estratégias de resistência e luta por legitimidade social; observa-se que este grupo de mulheres negras se inserem no patrimônio histórico-cultural regional em uma condição subalterna, percebendo-se que no discurso hegemônico sua visibilidade é posta com base em parâmetros folclorizados e sua história não é contada por sua voz.

PALAVRAS - CHAVE: Mulher Negra; Patriarcalismo; Subalternidade; Discriminação; Dominação.

THE SUBALTERNITY OF THE BLACK WOMAN IN ITAQUI-RS: SOME REFLECTIONS

ABSTRACT: The mass of ‘black and poor women’ has historically been made invisible; these women are doubly discriminated against, the effects of patriarchy and racism, structural in Brazilian society. This work was carried out in Itaqui, on the western border of Rio Grande do Sul within the scope of the UNIPAMPA Center for Afro-Brazilian Studies, a region where women still today suffer from oppression and are victims of subordination strategies; it seeks to rescue in social and cultural memory, the manifestations of resistance of black women, through the study of a group popularly called “NegaTouro”, a name that associates them with the characteristic of

the animal's bravery, showing an identity characteristic normally attributed to the men; this group, a direct descendant of enslaved blacks, who after the Aurea Law started to live in community with the hegemony of women; the study, in addition to bibliographic sources of local / regional historiography, uses oral history, seeking together with descendants of this group to reconstruct the socially constituted memory; in the research process it is intended to understand the specificities of this social group, revealing its strategies of resistance and struggle for social legitimacy; it is observed that this group of black women are inserted in the regional historical-cultural heritage in a subordinate condition, realizing that in the hegemonic discourse their visibility is put based on folkloric parameters and their history is not told by their voice.

KEYWORDS: Black Woman; Patriarchy; Subalternity; Discrimination; Domination.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em um resgate da memória coletiva de uma comunidade negra hegemônica por mulheres, identificadas na história de Itaqui-RS como “Negras Touro”. Sua história foi registrada em uma composição musical incluída no denominado “regionalismo gaúcho”, proporcionando a sua inserção no patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Sul. Nesta canção popular ressaltam-se os bailes realizados na comunidade sob a liderança e controle rígido dessas mulheres negras, as quais tem sua bravura exaltada.

Em uma leitura primeira, pode-se verificar que esta canção apenas retrata algo normalmente focado na chamada Tradição Gaúcha, onde a coragem e a capacidade de luta (a “bravura na peleia” como regionalmente é nominada) é altamente valorizada; e percebe-se, também, que neste caso, ressalta-se como algo incomum, e que, portanto, merece ser registrado, pois a bravura está associada a um grupo de mulheres, enquanto, comumente, aparece atribuída aos homens.

Em um olhar mais arguto, o pesquisador das ciências humanas se indaga por quais processos sociais e históricos subjazem a existência destas mulheres, indo confrontar-se diante de questões relativas à condição racial e de gênero; neste caminho possibilita-se indagar sobre o “lugar” ocupado por esta comunidade referida na canção por seu caráter exótico¹ (e inesperado). Para buscar responder a estas questões, construiu-se um esforço investigativo, ainda em andamento, onde se pretende conhecer a trajetória destas mulheres, seu processo de inserção social na sociedade local, analisando seus desafios diante da luta contra a desigualdade de gênero e racial, as quais as colocam em um processo de “inclusão subalterna”, o qual conceituaremos adiante.

A Investigação ocorreu a partir da revisão bibliográfica, da análise da canção popular, dialogando com a história oral resgatada através de entrevistas com descendentes

1 Não está se afirmando que a intenção dos autores da canção seja ressaltar o caráter exótico desta comunidade, pois isto não está em investigação, aliás não se coaduna com a interpretação dada por eles em entrevistas; o que se afirma é que se exalta este grupo por suas características “inesperadas” em um grupo de mulheres e, assim, se reproduz um discurso hegemônico no tradicionalismo gaúcho que atribui às mulheres uma posição subalterna.

da comunidade em estudo e pesquisadores regionais.

2 | A MEMÓRIA COLETIVA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A escravidão foi um período que marcou pela desumanidade em que os negros escravizados foram tratados no Brasil. Em virtude da cor da pele, os negros sofriam todo tipo de perversidade, pois eram vistos como inferiores aos demais grupos étnico-culturais; inferioridade, esta, legitimada pela igreja católica, ao considerar que os negros não tinham alma e, portanto, se assemelhavam aos animais (por isto não eram considerados como humanos).

Trazidos à América em porões das grandes embarcações em condições subumanas, muitos não suportaram as condições degradantes, morrendo em função dos maus tratos, das doenças e da fome; muitos foram submetidos a verem os corpos dos seus familiares serem jogados ao mar. Os sobreviventes dessa longa e torturante viagem, ao chegarem ao Brasil, foram separados dos seus familiares, restando apegar-se a sua religião e cultura como forma de manter a vinculação com o continente africano e, desta forma, preservar sua identidade. Foram obrigados a trabalhar sem descanso, sofrendo castigos violentos (levando a mutilação dos seus corpos), humilhados, chicoteados sistematicamente. Essa triste e vergonhosa história persistiu por cerca de 300 anos no país, seus impactos ainda hoje são observados em todas as esferas, tanto cultural, político, social e moral.

Os Negros escravizados lutaram permanentemente contra o cativo, seja através de fugas com aquilombamento, rebeliões, mas também buscando a energia de suas entidades divinas. Foi na religião e seus ritos, no tambor, na dança e no canto, que mantiveram viva a memória de África e conseguiam força para resistir.

Este processo de desumanização do negro deixou marca na sociedade brasileira; no aspecto econômico implica na negação ao negro do acesso a trabalhos dignos e melhor remunerados, escolarização e reconhecimento social; como enfatiza Florestan Fernandes (1978), mesmo após o fim do regime da escravidão, a possibilidade de produzir para si e alcançar posses que o permitissem uma vida digna é negada a população negra.

Para a elite econômica e política, se o negro era um cidadão de segunda classe, reservava-se a ele um papel de trabalhador que usaria as forças brutas em proveito dos proprietários de terra ou da indústria nascente. No caso do Rio Grande do Sul é emblemático o caso das charqueadas, onde o trabalho em ambiente úmido e contato com sal condenava o negro a morte em poucos anos.

No aspecto cultural, a impossibilidade de acesso à escola privava o negro de ter acesso ao conhecimento técnico-científico, dificultando suas possibilidades de emprego em atividades que exigiam maior escolaridade. Sem acesso à educação formal e excluída do processo político, marginaliza-se o negro da participação na definição de políticas públicas e da defesa de seus direitos (FERNANDES, 1978).

A herança escravocrata e patriarcal permanece na sociedade brasileira, marcando profundamente a desigualdade econômica, social e política; a elite dominante retira dos subalternos o direito de falar, agir, sentir, segundo suas vivências e crenças. Conforme Dias (2012, p. 72), “subalterno é aquele que não pode falar, que não tem voz”; complementa SCHLESENER, 2016, 139):

E, em geral, também não tem oportunidade de produzir seu pensamento e manifesta-se, na maioria das vezes, quando lhe “dão a voz”, ou seja, ainda no contexto da subordinação e do domínio dos dirigentes. Com a assimilação do modo de pensar dominante, as classes subalternas elaboram sua leitura da realidade dentro dos limites das narrativas dominantes, o que dificulta ou mesmo impossibilita perceber a própria subordinação.

Neste contexto, o grupo social, alvo deste estudo, assume a condição de subalternidade, caracterizando assim sua inserção subalterna na sociedade. Esta condição atribuída a população negra no Brasil, pode ser alicerçada na inexistência da pretensa condição de igualdade de direitos que traz as constituições brasileiras republicanas. Esta inserção subalterna foi bem documentada na obra de Florestan Fernandes, o qual salienta as desiguais condições entre negros e brancos para inserirem-se no processo de desenvolvimento capitalista na passagem do século XIX para o século XX.

Na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan Fernandes aponta que não foram dadas as condições ao negro para que ele pudesse se inserir de forma competitiva na sociedade brasileira, ou seja, competindo por melhores postos de trabalho em relação a remuneração e status; isto estaria atrelado no fato de que se sonegou ao negro o acesso à terra e a educação, lhe tolhendo as possibilidades de alcançar uma melhor posição econômica. Sua condição social daí resulta como marginalizada do processo de acumulação capitalista e discriminado pela condição racial.

Para José de Souza Martins, na obra *“Caminhada no Chão da Noite”*, publicada em 1989, a subalternidade implica em tríplice condição: expropriação econômica (caracterizada pela exploração do trabalhador que contribui com a valorização do capital, ao qual não tem acesso), a exclusão cultural (caracterizada pela sonegação do conhecimento científico e o capital cultural que define as posições sociais; processo garantido pelo acesso precário à educação) e a dominação política (caracterizada na reprodução pelos subalternos dos valores e interesses da classe dominante).

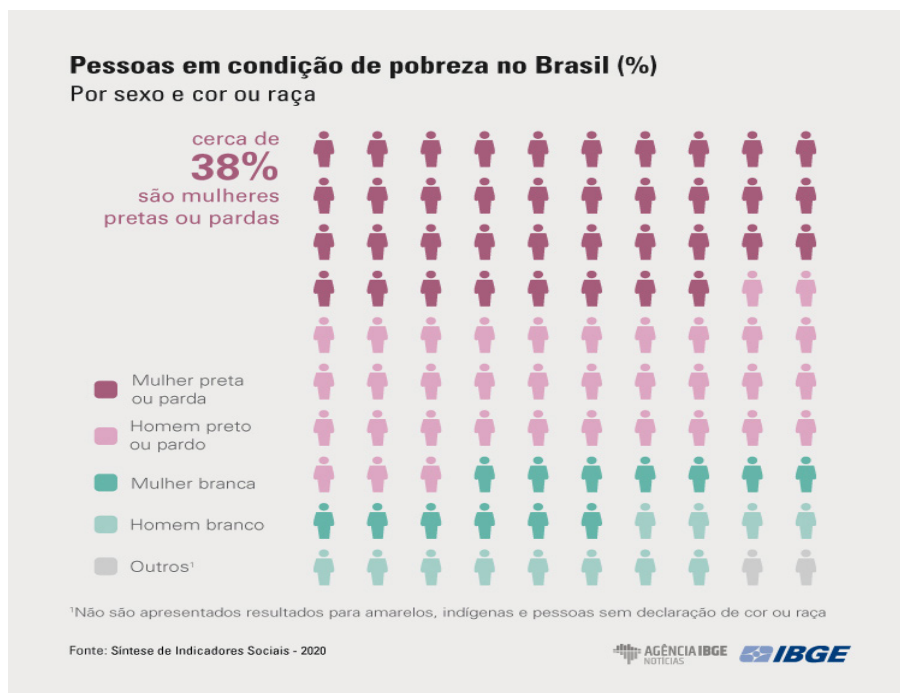
Com base nesta compreensão da condição de subalternidade, analisou-se a trajetória de um grupo social, uma comunidade liderada por mulheres, a qual é denominada de “Nega TOURO”, buscando discernir os elementos que subjazem a uma inclusão subalterna na sociedade de Itaqui, Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

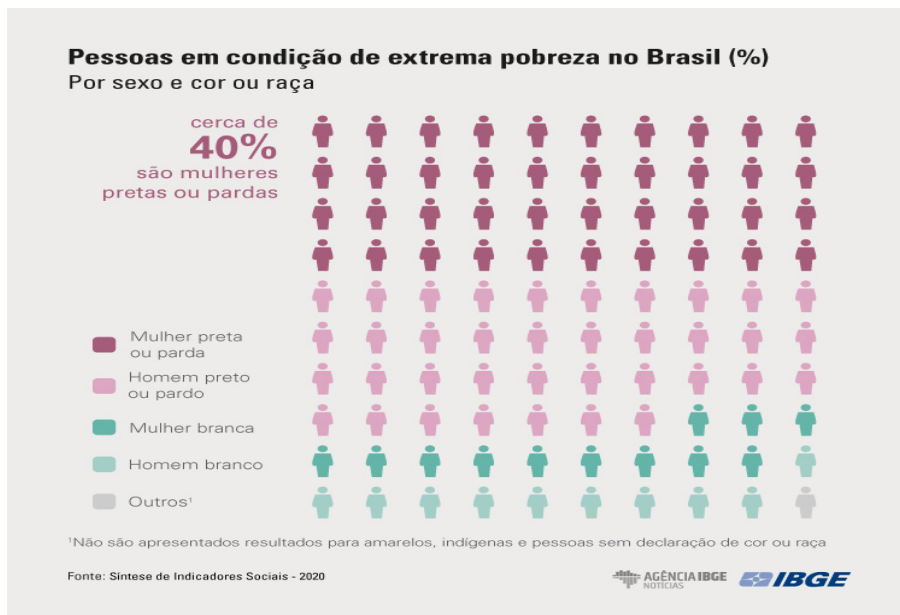
3 I MULHERES NEGRAS – A DUPLA DOMINAÇÃO

A vida das mulheres negras é permeada pela solidão, convivendo com sentimento de estar sozinhas, invisibilizadas; não se veem representadas nos meios sociais, na mídia, no dia a dia, pelo contrário, se deparam diariamente com a discriminação (práticas sociais que acentuam a inferioridade da mulher negra) e através da sexualização dos seus corpos são vítimas de uma *objetificação* (representação social como objeto). A autoestima dessas mulheres é afetada, ficando assim ainda mais vulneráveis e expostas a relacionamentos abusivos. Essa solidão começa cedo, sendo comum desenvolverem relacionamentos afetivos na adolescência, seguida do abandono dos companheiros. Essa prática só irá mudar com o combate veemente de todos os sistemas de opressão calcados no machismo e o racismo, os quais subordinam a mulher negra a uma condição de acesso desigual às posições sociais com maior remuneração e valorização social.

O Estudo Síntese dos Marcadores Sociais realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com ênfase na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2020 (PNAD), reafirma que a desigualdade é histórica no nosso país e ela tem sexo, cor ou raça, as mulheres pardas e pretas ocupam os maiores percentuais.

No marcador de pessoas em condições de pobreza no Brasil, cerca de 38%, são mulheres pretas ou pardas; E no marcador de pessoas em extrema pobreza no Brasil o percentual é maior cerca de 40%. Conforme tabelas abaixo.





A desigualdade aparece em outros indicadores utilizados pelo IBGE, como no indicador de moradia, onde 45,2 milhões de pessoas, destas 31,3 milhões pretos ou pardos. Residiam domicílios com inadequações uma ou mais. Tais como: paredes com materiais não duráveis (reciclados, papelão, tabuas, latas), ausência de banheiro, número excessivo de moradores, ausência de documento de propriedade, entre outros.

A realidade é que o discurso ideológico dominante e reproduzido pelos dominados, dissemina a representação da mulher negra como “lutadora”, “resistente”, aquela que suporta tudo; presenciamos relatos no cotidiano que acentuam estas características. No entanto, em uma perspectiva crítica precisa-se considerar o sofrimento das mulheres negras (e seu custo emocional), pois, quando crianças são discriminadas pela sociedade; desde a escola, onde as próprias professoras não escondem que a cor da pele, os cabelos, as tranças, enfim, traços fenotípicos comuns aos negros, indicam uma posição inferior e reproduzem a concepção de que o lugar social que são condenados a ocupar é de subalternidade.

Assim, ainda na infância as meninas negras se sentem excluídas e diferentes das demais; em seu cotidiano, inclusive na escola, percebem-se sem amigos e discriminadas diante de colegas que não querem sentar perto, nem fazer trabalhos em grupo; ou quando nem tirando boas notas são valorizados, sendo usadas como exemplo quando o tema é carnaval ou escravidão. Constrói-se aí a autoimagem do negro e a imagem sedimentada no imaginário social que a sociedade brasileira constituiu: no carnaval e futebol os negros são os melhores; mas para assumir posições sociais relevantes não se acredita neles.

Verdadeiros traumas são vivenciados na infância e se prolongam por toda a vida

dessas mulheres que não se sentem bonitas, não se aceitam como são, alisam seus cabelos, fazem dietas mirabolantes para se adequar aos padrões hegemônicos de beleza. Muitas nem chegam a concluir seus estudos e ficam grávidas, muitas vezes, tendo que criar seus filhos sozinhas. A carência, a falta de amor, carinho e afeto, faz com que as mulheres negras fiquem mais desprotegidas e, com isso, muitas são facilmente iludidas, deixando-se envolver em relacionamentos abusivos, sofrendo violência emocional com consequências psicológicas; deve-se salientar que o próprio abandono de que são vítimas por seus companheiros está atrelado ao fato de que estes também veem a mulher negra como objeto. Isto por que os homens negros em uma sociedade pautada pela dominação masculina reproduzem tal representação.

O modelo patriarcal configura-se pelo papel central do homem, o 'pai' como chefe, provedor econômico e administrador social das relações familiares. Na época da colonização brasileira esse foi o modelo de família que se formou como herança cultural portuguesa, e esta, por sua vez, com muitas características do patriarcado mulçumano. As mulheres negras podiam viver na casa grande ou em casebres nas periferias, mas não escapam dos valores e normas do patriarcado.

A “estrutura patriarcal de dominação”, citado abaixo, refere-se ao estabelecimento de vínculos pessoais entre o senhor, os demais membros da família e os servos, tendo como fundamento a autoridade do chefe da família ou comunidade doméstica. Essa autoridade se baseia na tradição, ou seja, “na crença da inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre” (WEBER, 1991, p. 234); e também no arbítrio pessoal do senhor, sempre limitado pelas normas “sagradas pela tradição” (WEBER, 1991, p. 243).

Existem outros tipos de “escravidão” que não são visualizados, porém são sentidos no cotidiano. É a escravidão moral que a Lei Áurea não conseguiu libertar. A consciência da humanidade está escravizada pela mancha do sistema escravista, o qual está inserida em nosso imaginário social. Os primeiros reflexos de rejeição ao preto como sinônimo de inferioridade, de algo não desejado, estão no batismo da criança, rito religioso católico (imposição da encíclica *rerún novare*) com utilização de roupas brancas; brinquedos como bonecas com pele branca (mesmo a criança sendo de cor negra) contribuem para instituir como aceito um determinado padrão, o qual se reproduz no próprio receio dos pais de sentirem-se inferiorizados face aos demais que fazem parte da sociedade a que pertencem (desejo de inclusão).

Fortalece-se este processo de introjeção da inferioridade na falta de conversa com os filhos sobre a conscientização e valorização do ser humano na sua condição e descendência. E, por fim, a possibilidade de enfrentamento desta situação imposta exige uma criança mais forte psicologicamente, sobrepondo e superando as manifestações do racismo no intuito de bani-lo, deixando-o a fazer parte apenas da história da “desconsciência” humanitária que assola as sociedades coloniais-escravistas.

Neste contexto de resistência e luta em uma sociedade marcada pela colonização

e a escravidão, a mulher negra, além do preconceito na condição de ser mulher diante da força do patriarcado, sofre duplo preconceito: o da submissão ao marido/companheiro e o rechaço pela sua condição de ter a melanina mais aguçada.

4 | COMPREENDENDO O UNIVERSO EM ESTUDO – PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Além da revisão bibliográfica, a qual permitiu constituir o contexto de subalternidade do negro no Brasil, recorreu-se a duas fontes importantes: a canção popular “Baile das Negras Touros”, gravada pelo grupo “os Mateadores” e composta por João Sampaio², Elton Saldanha e Quide Grande; e o depoimento de uma descendente deste grupo social.

A história das mulheres dessa família, as “Negras Touro”, não é diferente de muitas que nasceram e cresceram na pobreza, onde a reprodução social seguia a lógica da subalternização, exclusão, hierarquização, levando-as a ocuparem um lugar periférico e marginalizado; em seu contexto social o estado não se fez presente, atendendo suas necessidades por “troca de favores”, por que conheciam pessoas influentes, já que lavavam roupa para a elite Itaquense, como declara a entrevistada; segundo ela, dessa forma podiam usufruir alguns “privilégios”.

Não bastasse a negligência do estado, somente os descendentes da quarta geração puderam usufruir do direito de ir à escola, aprender a ler e escrever, o que é uns dos direitos fundamentais e constitucionais dos cidadãos brasileiros.

Como disse a entrevistada: “Não fui à escola, não sei ler e escrever, sou “analfabeta”, minha mãe também era analfabeta e nunca me colocou no colégio, tudo que sei, aprendi com a vida, trabalhando nas casas”.

Oriunda de uma família de escravos foi criada com mais quatro irmãos só pela mãe, pois relata que seu pai se apaixonou por uma mulher branca e abandonou a família; a renda da família sempre foi tida lavando roupas para a sociedade Itaquense, para pessoas que prestavam serviços institucionais como militares e policiais, além de engomar guardanapos, lençóis das madames, as quais procuravam as suas ascendentes e lhe procuram até os dias de hoje.

As relações sociais são baseadas por uma linha tênue entre poder e dominação, seja de um grupo de pessoas sobre outro, ou de um indivíduo sobre outro; ou seja, algumas pessoas exercem poderes sobre outras e a primeira forma de significar esse poder é através do gênero, onde as mulheres são vista como sensíveis e frágeis, enquanto os homens com uma virilidade sem igual. Esta referência faz parte da dita “tradição gaúcha”.

Relata a entrevistada que os “brigadianos” só podiam ir a sua casa buscar os lavados a paisana, porque se não o que os vizinhos iam pensar, pois viam chegar sem nada e saiam carregando “trouxas”.

Conforme diz Munanga (2000), a identidade do mundo negro se inscreve no real sob

² Historiador autodidata e premiado compositor de canções do tradicionalismo gaúcho e outros estilos musicais;

a forma de “exclusão”; ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, arriscamos afirmar que a identidade afro-brasileira mais abrangente seria a identidade política, vista como a representação de um segmento importante da população brasileira diante da sociedade e do Estado.

Analisando a família em questão percebe-se que os fatos e acontecimentos são tidos como naturais: ser abandonado pelo pai e a mãe, tomar conta dos filhos sozinha, isto aconteceu com sua mãe, perpetuou-se com a entrevistada e se estendeu a uma de suas filhas, deixando a impressão de que são fortes o suficiente para serem mãe-pai “supervalentes” (aqui a referência a bravura). Na canção supracitada, a coragem é exaltada no verso:

“A negra grande é mais forte arisca que nem guatiara Cuidava a porta do rancho com um pedaço de taquara”.

E a canção também salienta uma atividade desenvolvida pelas mulheres do grupo e parte do patrimônio cultural afro-indígena, a prática da benzedura:

“Lavavam roupa pra fora benziam a alma do povo

Num dia faziam baile no outro faziam denovo

O Rio Grande negra touro se acaba no teu portão

Pra tomar um passe com canha e se amoitar no vanerão”.

Na letra enfatiza-se o simbolismo deste grupo social como essência dos valores gaúchos, mas a situação de subordinação à ordem econômica, política e social é ocultada; o importante é ressaltar nelas (as negras touro) o “ser gaúcho”, mas precisa-se acrescentar que existe uma hierarquia social em que estas mulheres são subalternas. Poder-se-ia dizer que a coragem e bravura, sempre exaltada, transpõem as classes sociais e as situações de dominação existentes; isto se mostra presente no imaginário social gaúcho na versão tradicionalista.

Segundo MUNANGA (1990), no caso da sociedade afro-brasileira, bem como de qualquer outra, a memória é construída, de um lado, pelos acontecimentos e personagens, por lugares vividos por este segmento da sociedade; e, de outro lado, pelos acontecimentos, personagens, por lugares herdados, isto é, fornecidos pela socialização, enfatizando dados pertencentes à história do grupo e forjando fortes referências a um passado comum (por exemplo, passado cultural africano, passado enquanto escravizado). Para o autor, o sentimento de pertencer à determinada coletividade está baseado na apropriação individual desses dois tipos de memórias, os quais passam, então, a fazer parte do imaginário pessoal e coletivo.

Na memória da entrevistada, percebe-se uma sequência de fatos vivenciados por

ela ou contados por seus ascendentes, os quais demonstram a condição de subalternidade que acompanha este grupo social. A área de terra que seu avô adquiriu quando veio para Itaqui continua o mesmo disponível para a família hoje; continua a lavagem de roupas como atividade econômica; os favores que eram merecedoras por servir aos “brigadianos” e às pessoas da elite local, ainda permanecem como forma de alcançar o que lhe seria de direito. Mesmo lendárias na memória coletiva da sociedade local e até em nível de estado, a condição de vida não se diferenciou, não aconteceu a mobilidade social, pois a inserção deste grupo social (as Negras Touro) foi subalterna, ou seja, uma inserção precarizada.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se com este estudo, ainda em andamento, que a canção que popularizou as “Nega Touro” faz com elas o que a ideologia dominante, a serviço da manutenção dos privilégios de classe, faz com os peões de estância e com o lendário gaúcho “teatino”(sem paradeiro): exalta sua bravura, capacidade de luta, de pelear com a vida e, assim, encobrindo sua real condição social; para estes segmentos, sua bravura não tem significado, historicamente, a superação das adversidades econômicas; e nem poderia significar, já que sua subalternidade implica em uma dominação política e cultural da qual é objeto.

Tal dominação os faz não perceber sua condição subalterna e os fazem valorizar valores morais (aprendi com minha mãe que o importante é ter caráter, ser honesta, diz a entrevistada), os quais não os levam a superar sua condição social, ao contrário, ajudam a mantê-la ao entender que ter caráter e agir honestamente implica em não contestar a sociedade e suas mazelas, a desigualdade de riqueza e poder.

A Canção popular acaba reproduzindo esta situação, onde a bravura exaltada e a diversão que aplaca o sofrimento do trabalho duro, que não possibilita superar uma posição social, pois o lugar do negro e da mulher na sociedade Itaquiense (e gaúcha) está delimitado como subalterno (aquele que não tem voz). Assim, a opressão se reproduz como lógica social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel (Curadoria). **Os herdeiros da noite; fragmentos do imaginário negro**. Ministério da Cultura/Secretaria da Cultura de Belo Horizonte, 1995.

ASSUMPÇÃO, Euzébio; Maestri, Mário (org.). **Nós, os afro-gaúchos**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1996.

BARTH, Frederik. “**Grupos Étnicos e suas fronteiras**” In. POUTIGNAT, P. e STREIFFENART, J. **Teorias de Etnicidade**. São Paulo, UNESP, 1997.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, 3. ed. São Paulo: Ática, 1978; vol I e II;

FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, RJ. 2020 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Arte Afrobrasileira**. In **Arte Afrobrasileira** (Mostra do Redescobrimento), Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, São Paulo, 2000.

WEBER, Max. **Sociologia da Dominação**. In: WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: UnB, 1991. p. 187-234.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 6, 70, 74, 77, 79

Agenda 2030 5, 9, 44, 115, 116, 124, 125, 126, 127, 202, 211, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347

C

Ciências Jurídicas 2, 5, 172, 336

Comissão da Verdade 5, 11, 13, 15, 16, 17

Contrato 175, 292, 293, 294, 295, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308, 309

Criança 5, 8, 131, 138, 152, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 205, 208, 209, 218

D

Direito 5, 6, 7, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 44, 45, 49, 50, 53, 54, 57, 58, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 100, 103, 104, 106, 107, 112, 113, 115, 117, 118, 121, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 149, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 198, 199, 201, 202, 203, 208, 215, 219, 221, 223, 226, 227, 231, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 250, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 265, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 295, 297, 298, 299, 300, 302, 304, 306, 307, 309, 310, 314, 322, 323, 325, 326, 328, 329, 330, 332, 333, 335, 336, 337, 344, 348

Direito das mulheres 5, 6, 39

Direitos Fundamentais 33, 86, 88, 89, 93, 96, 100, 101, 104, 105, 106, 116, 117, 118, 122, 125, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 173, 177, 179, 183, 184, 188, 199, 219, 237, 238, 244, 250, 251, 267, 280, 337

Direitos Humanos 5, 6, 7, 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 66, 77, 81, 88, 89, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 144, 148, 152, 155, 156, 158, 175, 198, 199, 200, 203, 205, 206, 211, 226, 238, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 250, 251, 272, 274, 286, 288, 325, 329, 330, 333, 337, 339, 346, 348

Distanciamento social 5, 9, 278

E

Educação 5, 6, 7, 8, 12, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 48, 49, 54, 55, 63, 66, 67, 76, 80, 95, 96, 106, 118, 132, 134, 138, 139, 154, 159, 160, 167, 168, 169, 185, 188, 189, 190, 191, 194, 199, 200, 202, 203, 207, 214, 215, 226, 248, 259, 260, 261, 270, 284, 297, 316, 337, 339, 340, 343, 346, 348

Efetividade 2, 5, 28, 37, 48, 51, 55, 92, 129, 136, 150, 153, 154, 155, 158, 168, 172, 175, 176, 178, 181, 237, 257, 326, 329, 335

Extermínio 5, 8, 62, 63, 66, 263, 269, 272, 273

F

Fundamentação 2, 5, 29, 188, 250, 251

G

Gestão Socialmente Responsável 5, 7, 115, 116, 117, 119, 126, 127, 128

I

Idoso 9, 153, 155, 187, 189, 226, 227, 231, 233, 234, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288

Insanidade Mental 5, 7, 100, 101

J

Juiz de Garantias 5, 6, 33, 34, 35, 36, 37, 38

M

Mulheres Negras 5, 55, 212, 213, 216, 217, 218

N

Não Humanos 5, 8, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 258, 260

P

Participação 2, 5, 64, 89, 90, 96, 101, 108, 151, 165, 167, 168, 172, 207, 214, 224, 227, 260, 269, 279, 280, 301, 315, 321, 343

Pessoa com Deficiência 5, 7, 83, 84, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 153

Políticas Públicas 7, 8, 8, 12, 20, 44, 49, 60, 64, 101, 108, 130, 131, 135, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 172, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 191, 192, 214, 225, 231, 260, 269, 270, 284, 288, 303, 334, 336, 337, 348

População Negra 5, 56, 67, 214, 215, 274

Prostituição 5, 6, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 205

R

Refugiados 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 144

Resíduos Sólidos 5, 9, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 320, 321, 322, 342

S

Sustentabilidade 5, 9, 117, 129, 160, 171, 311, 312, 326, 339, 342, 345, 346

V

Vedação ao retrocesso socioambiental 5, 9, 323, 333

Violência 6, 8, 2, 6, 13, 16, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 73, 74, 77, 78, 81, 153, 154, 155, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 206, 207, 218, 245, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 275, 283, 288

Vulnerabilidade 5, 7, 57, 68, 77, 79, 80, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 153, 156, 202, 203, 205, 207, 226, 227, 228, 233, 241, 246, 283

CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

